

Entre o silenciamento e a resistência: epistemologias negras e o jornalismo feminista no Nós, Mulheres da Periferia

Jaqueline Andriolli Silva[1]

Lara Bianca Pinto Vieira[2]

RESUMO

O presente trabalho objetiva explorar a resistência de jornalismos feministas formados por mulheres negras no Brasil. A partir de conceitos sobre silenciamento e "outridade" de Grada Kilomba (2019) e branquitude de Cida Bento, o artigo explica como o feminismo negro contribui para repensar o jornalismo tradicional e o jornalismo feminista branco. Este trabalho explora as estratégias de resistência adotadas pelo Nós, Mulheres da Periferia, especialmente no contexto de um jornalismo que busca descolonizar o saber e combater as estruturas de opressão racial e de classe.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo feminista; Silenciamento; Branquitude; Nós, Mulheres da Periferia.

CORPO DO TEXTO

O jornalismo feminista apresenta uma tentativa de desafiar as estruturas patriarcais, racistas e coloniais, ao mesmo tempo em que tenta promover uma análise crítica das desigualdades de gênero e poder. Desde as primeiras publicações feministas do século XIX até os grupos de jornalismo contemporâneos, a mídia tem sido um espaço de disputa e resistência. É neste contexto que aparece o portal *Nós, Mulheres da Periferia*[3], inaugurado em 2014, que se destaca pela sua visão interseccional, procurando refletir as realidades de mulheres periféricas e negras, que normalmente são ignoradas pela mídia tradicional. Com um foco no território e nas vivências dessas mulheres, o *Nós* não só propõe uma nova abordagem para o jornalismo, mas também questiona como as estruturas de poder na sociedade e nos meios de comunicação moldam as histórias que cercam essas comunidades.

A interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw em 1989, serve como uma ferramenta crucial para entender e representar a complexidade das experiências de mulheres negras. É importante examinar como o silêncio e o pacto

[1] Mestra em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM/UFBA, bolsista pela Capes. E-mail: jaqueandriolli@gmail.com.

[2] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário - UGV. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM/UFBA. Bolsista Fapesb. E-mail: larabianca.vieira@outloook.com.

[3] Site disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/.

narcísico imposto pela branquitude afetam pessoas negras, deslegitimando suas experiências e conhecimentos. Ao entender as operações e as táticas de silenciamento da branquitude, podemos explorar mais profundamente o jornalismo feminista e suas limitações no que diz respeito à raça, além de suas interconexões com gênero e classe. Embora produções jornalísticas feitas por mulheres feministas abordem amplamente questões de gênero, muitas vezes não tratam de maneira adequada a questão racial e sua inseparabilidade de outras categorias. Assim, o presente estudo busca investigar a resistência de iniciativas jornalísticas feministas lideradas por mulheres negras no Brasil. Com base nos conceitos sobre silenciamento e "outridade" de Grada Kilomba (2019) e o conceito de branquitude de Cida Bento (2022), o texto elucida de que maneira o feminismo negro auxilia na reavaliação do jornalismo convencional e do jornalismo feminista.

Grada Kilomba (2019) explica como a marginalidade e o silêncio são destinados aos grupos subalternos. As mulheres negras, ainda que construam conhecimento de maneira completa e complexa, não tem sua produção reconhecida como legítima e é a partir dessa estratégia pós-colonial que as estruturas de opressão do patriarcado e do racismo são reforçadas e perpetuadas. Silenciar então não significa de forma literal impedir que as mulheres negras falem. Na realidade, não existe uma escuta efetiva, seus questionamentos ao sistema são minimizados e suas contribuições são taxadas como militância e não como epistemologia. Outra característica da dualidade colonial é que não entende ser possível que haja produção de conhecimento fora da academia.

Para ela, o espaço acadêmico não é um local neutro: “Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os tem desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o "Outras/os" inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco”. (Kilomba, 2019. p. 50). Essa subordinação e insistência em limitar o espaço de mulheres negras nas fronteiras da “Outridade” consiste em uma desvalorização sistemática. Essa desvalorização inclui a invalidação do conhecimento produzido, na apropriação dos discursos e na posição de porta-voz que as pessoas brancas assumem (Kilomba, 2019. p. 51). Sendo o conhecimento colonizado, articular e divulgar o saber fora do meio feminista torna-se extremamente difícil, ainda mais quando se trata de epistemologias negras, já que questionam o sistema e a posição de opressão e silenciamento que foram

colocadas. Essa “Outridade” e a polarização entre categorias manifestam-se de forma contundente nos discursos hegemônicos, que desconsideram todo conhecimento não europeu à condição de acientífico, classificando-o como mera prática alternativa, destituída do mesmo status das formas tradicionais de produção científica. Como explica Grada Kilomba (2019), esse processo vai além de meras categorizações semânticas, refletindo estruturas profundas de poder e exclusão.

Assim, o silenciamento de mulheres negras e de suas teorias é visível até mesmo nos portais feministas, uma vez que o feminismo também é manchado pela hegemonia e pela universalidade branca, ainda que feminina. Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019. p. 1) também refletem sobre a atividade jornalística, afirmando que ela é resultado do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno”, isso significa dizer que o jornalismo é um conhecimento resultado da colonização dos povos, no contexto brasileiro, do falso discurso da modernidade, além de ser machista, racista, branco, heterossexual e classista (Moraes & Veiga da Silva, 2020).

Dessa forma, a existência de um feminismo mais sensível à história brasileira e às pautas das mulheres negras é essencial, seja na militância, na academia ou na atuação profissional de divulgação de informação, uma vez que como explica Lélia Gonzalez (2020. p. 68), mulheres negras sentem a necessidade de aprofundar suas reflexões, ao invés de reproduzir modelos e discursos hegemônicos nas ciências sociais. Lélia Gonzalez (2020) explica a urgência de um feminismo afro-latino-americano a partir das contradições encontradas nos movimentos negro e feminista, que simultaneamente excluem pautas que são ao mesmo tempo, negras e feministas, de forma que o feminismo negro tem sua própria agenda e discurso que não podem mais passar despercebidos, ou serem silenciados.

Esse silenciamento contínuo e negligência estratégica de pautas feministas negras é o que leva Jurema Werneck (2010) a dizer que as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, não existem. Assim, a partir do movimento feminista negro, é possível questionar as limitações raciais que perpassam o jornalismo feminista e o jornalismo como um todo, uma vez que o jornalismo feminista ainda é envolto pelo rótulo de alternativo, justamente por abordar temas que o jornalismo hegemônico desconsidera. A branquitude, como explica Maria Aparecida Bento (2022), opera como um espaço/relação de poder que determina quais narrativas são legítimas e quais não,

tratando de instituir um silenciamento sistêmico de pessoas pretas e de suas produções culturais, acadêmicas e, jornalísticas.

Dessa forma, a branquitude impede que as vivências de mulheres negras sejam narradas e valorizadas nas instituições e isso se dá pela proteção mútua entre pessoas brancas, o que resulta na predominância de feministas brancas nos meios jornalísticos e que consequentemente implica na influência dos temas que ganham destaque e em como essas histórias são contadas. Assim, a abordagem dos mais diversos temas relativos às mulheres, como a violência doméstica, o feminicídio, divisão sexual do trabalho e aborto, por exemplo, raramente consideram as singularidades correlatas às mulheres negras, como a desigualdade de acesso à saúde, aos grandes postos de trabalho, até mesmo o acesso à informação disseminada por portais jornalistas feministas. Sueli Carneiro (2021) explica que oferecer escuta ativa e reconhecer as diferentes realidades é uma forma de legitimar as experiências de mulheres negras e é nesse contexto que o jornalismo feminista e o jornalismo feminista negro podem e devem conversar, se aliando nesse processo de valorização das epistemologias negras.

Nesse contexto, uma importante iniciativa brasileira é o *Nós, Mulheres da Periferia,* portal de jornalismo feminista, lançado em 2014, localizado em São Paulo. A iniciativa trabalha com jornalismo periférico e discussões sobre classe, raça, gênero e território. Seu objetivo é preencher a lacuna existente na imprensa e combater a falta de representatividade, buscando mais destaque e visibilidade. O site regularmente produz matérias e reportagens que abordam temas de gênero relacionados a outros marcadores sociais, como raça, classe e etnia. No manifesto[4] elas se definem no território ocupado por mulheres negras dentro das periferias: “Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única” (Nós, Mulheres da Periferia, s.d).

O primeiro ponto a ser destacado é o interesse na base editorial do portal em trabalhar com a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Lívia Lima (2021)[5], em

[4] Manifesto disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/.
[5] Jornalista e cofundadora do *Nós, Mulheres da Periferia*, esteve na produção do site até 2024.

entrevista[6], cita o território no *Nós, mulheres da Periferia,* evidenciando a periferia como um lugar de fala, "[...] é fazer um jornalismo que parte da opinião e do protagonismo de mulheres, de mulheres negras e de mulheres periféricas". Esse olhar para os diferentes sujeitos que compõem a localidade ou o país é importante para a visão decolonial. Na mesma perspectiva de "outridade" colocada por Grada Kilomba, Livia Lima (2021) reflete sobre como o *Nós, Mulheres da Periferia*, por vezes não é visto como empresa jornalística, por dar força aos relatos de mulheres, a produção é colocada pelos colegas de profissão como parcial, o que deslegitima o trabalho. Suely Messener (2020) defende que é preciso questionar todas as fronteiras, os espaços de privilégios, os fluxos e as direções estruturadas, que se aparentam pela normalidade. "Quando a gente fala de população preta, nossas histórias e nossa memória foram tomadas. Nós possuímos uma sabedoria ancestral grande, então é preciso colocar tudo no papel, divulgar, escrever e criar memória" (LIMA, 2021).

O jornalismo feminista negro, representado por iniciativas como o *Nós, Mulheres da Periferia*, tem desempenhado um papel na construção de outras narrativas e na luta contra as opressões de gênero, raça e classe. A partir do conceito de interseccionalidade, o *Nós* exemplifica como o jornalismo pode ser uma ferramenta potente de resistência e transformação social. Outro aspecto essencial ressaltado neste trabalho é a relevância do *Nós* na tentativa de desafiar a hierarquia vigente no jornalismo tradicional. Constituída por mulheres negras e de comunidades periféricas, o veículo contesta a centralidade da cultura branca e se opõe à dominação branca e patriarcal na mídia. Ademais, a abordagem jornalística adotada pelo portal, que valoriza o protagonismo e a autoria das mulheres negras, ajuda a formar uma epistemologia negra na área da comunicação. Embora enfrente obstáculos associados à mídia alternativa no campo jornalístico, projetos como o *Nós, Mulheres da Periferia* evidenciam que a transformação das estruturas midiáticas é viável, ao mesmo tempo que promove a luta

[6] O 39º episódio do PapoCom exibe a 2ª roda de conversa da disciplina de Comunicação e Territorialidades, ministrada em conjunto pelos programas de pós-graduação em Comunicação da UFC, Uniso, UFRR, UFMT, UEPG e UFES. Participaram do debate integrantes de quatro iniciativas de comunicação local do Sudeste: Aline Rodrigues (Quebrada Periferia em Movimento-SP), André Fernandes (Agência de Notícias da Favela-RJ), Livia Lima (Nós, mulheres da Periferia-SP), Vagner de Alencar (Agência Mural de Jornalismo das Periferias-SP) e Geisiane Teixeira (Ponto de Cultura Varal Agência de Comunicação-ES). A mediação do bate-papo é da professora Mara Rovida (Uniso). De 4 de maio de 2021. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6h0uhcM0fiIbINwamoWNhK?si=4c62972eecae4379&nd=1&dlsi=7228b928525b4c81.

por maior espaço e reconhecimento das mulheres negras no jornalismo. É fundamental reconhecer o papel que ocupamos como feministas brancas. E como as experiências e vivências individuais não são isoladas, elas são moldadas pelas condições sociais e históricas. A posicionalidade de cada um e a manifestação das intersecções são fatores críticos que influenciam a maneira como se percebe e se interage com o mundo.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. ***Demarginalizing the Intersection of Race and Sex****: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.* University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, no. 1, 1989, pp. 139-167.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta Anistia Internacional. Publicado em 29 de março de 2023. Disponível em: geledes.org.br. Acesso em: 8 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo quotidiano. Rio de Janeiro: Ed Cobogó, 2019.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). Bazar do Tempo, 2020.

MORAES, Fabiana. VEIGA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais [...]** XXVIII Encontro Anual da Compós. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010.